

ACÇÕES EDUCATIVAS EM INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA NOS SÉCULOS XVIII E XIX

EDUCATIONAL ACTIONS IN BRAZILIAN CHILD CARE INSTITUTIONS IN THE 18TH AND 19TH CENTURIES

Silvana Fernandes Lopes¹
Gabriella Bonil de Almeida²

RESUMO

Este artigo visa apresentar as principais ações educativas promovidas pelas primeiras instituições de atendimento a crianças criadas no Brasil nos séculos XVIII e XIX. Para tal, elegemos o Asilo dos Expostos de Salvador, as Casas de acolhimento para meninas na Bahia, a Casa dos Expostos do Rio de Janeiro e a Casa dos Expostos de Recife. O estudo dessas instituições nos permite verificar que, desde o século XVIII, já eram introduzidas práticas educativas que pudessem preparar as camadas mais pobres da população como mão de obra, além de um evidente propósito de controle social.

Palavras-chave: Instituições Educacionais. História da Educação. Assistência à Infância.

ABSTRACT: This paper aims to present main educational activities of first child care institutions created in Brazil in the 18th and 19th centuries. We chose the Asylum of Exposed of Salvador, the Host Homes for girls at Bahia, the House of Exposed of Rio de Janeiro and the House of Exposed of Recife. The study of these institutions allows us to verify that, since the 18th century, educational practices has been introduced to prepare the poorest segments of the population for labor, and a clear purpose of social control.

Keywords: Educational Institutions. History of Education. Child Care.

Introdução

O intuito deste artigo é apresentar as principais ações educativas promovidas pelas primeiras instituições de atendimento à criança criadas no Brasil, nos séculos XVIII e XIX. Nessa direção, destaca algumas características dessas instituições, eleitas por permitirem uma composição parcial da forma como foi sendo constituído o atendimento à infância, no Brasil, durante esse período.

¹ IBILCE/Unesp.

Email: silvanaflopes@gmail.com

²Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP/Marília. Email: gabriella_pink@hotmail.com

As primeiras instituições brasileiras voltadas ao atendimento à infância foram fundadas a partir do século XVIII. Orientadas pela ideia de oferecer “amparo” e “assistência” aos necessitados, essas instituições de caráter médico-assistencial e/ou educacional tiveram origem nos abrigos e asilos que, desde a Idade Média, promoviam obras de caridade, a fim de “acolher e tratar dos peregrinos e doentes, enterrar os mortos, visitar prisioneiros, cuidar dos expostos etc.” (MARCILIO, 2011, p. 58).

A preocupação em evitar o infanticídio, em controlar o abandono de recém-nascidos e, ao mesmo tempo, garantir-lhes o sacramento do batismo norteou a criação da Roda dos expostos – a mais significativa instituição de assistência infantil entre os séculos XIII e XIX.

A prática de abandonar recém-nascidos em locais públicos, tais como ruas, portas de igrejas, conventos e casas de famílias era muito frequente e resultava em uma altíssima taxa de mortalidade. Uma das maneiras de combatê-la, portanto, foi a institucionalização de um sistema que garantisse o anonimato do expositor, estimulando-o a levar a criança indesejada para a Roda.

De acordo com Marcílio (2006), o procedimento usual desse sistema consistia no seguinte: a criança, uma vez recolhida na Roda, era encaminhada a uma ama de leite, e depois a uma ama-seca, responsável por cuidar dessa criança até sete anos de idade, para, então, ser encaminhada para o sistema produtivo.

No Brasil, a adaptação desse sistema assistencial europeu a uma realidade colonial se deu de forma mais precária, tanto do ponto de vista de recursos financeiros quanto de organização institucional.

A primeira Roda foi criada junto à Santa Casa de Misericórdia de Salvador, em 1726, e, até o final do século, mais duas outras foram implantadas: a do Rio de Janeiro (1738) e a do Recife (1789). Foi durante o século XIX que a Roda ganhou notoriedade no Brasil. “Criada na Colônia, perpassou e multiplicou-se no período imperial, conseguiu manter-se durante a República e só foi extinta definitivamente na recente década de 1950!” (MARCILIO, 2011, p. 53).

No entanto, a despeito da longa duração, essa instituição fracassou quanto ao atendimento de sua principal finalidade: a de combater a mortalidade infantil. Contraditoriamente, “apenas de 20% a 30% dos que foram lançados nas Rodas dos expostos chegaram à idade adulta” (MARCÍLIO, 2006, p. 237).

É nesse quadro de abandono e de mortalidade infantil que, a partir de meados do século XIX, os médicos higienistas passam a se destacar, interferindo mais diretamente “nas

estruturas e higiene das instituições de expostos e órfãos; na seleção de amas de leite; nas condutas sobre a amamentação natural e nas discussões sobre a lactação artificial” (TRINDADE, 1999). Por meio da implementação de práticas de higiene e de saúde pública, combinadas com as de filantropia e as de assistência social desenvolvidas nesse período, os higienistas desempenharam um papel importante no processo de reordenação social.

O artigo está organizado nas seguintes seções: **1.** Asilo dos Expostos de Salvador; **2.** Casas de acolhimento para meninas na Bahia; **3.** Casa dos Expostos do Rio de Janeiro; **4.** Casa dos Expostos de Recife; e **5.** Considerações finais.

1. Asilo dos Expostos de Salvador

A primeira Santa Casa de Misericórdia brasileira que criou instituições de assistência à criança foi a de Salvador, estabelecendo uma Roda de Expostos e um Recolhimento para meninas órfãs, abandonadas e pobres.

A Roda dos Expostos de Salvador, fundada em 1726, foi uma instituição criada para abrigar e encaminhar crianças abandonadas. A instituição funcionou no Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Salvador, utilizando um modelo semelhante ao da Roda dos Expostos da Misericórdia de Lisboa.

De acordo com Marcílio (2006), uma vez recolhidas, a primeira preocupação era a de promover os cuidados básicos dessas crianças e a salvação de suas almas pelo batismo.

Registrava-se a entrada em dois livros específicos, e era anotada qualquer marca particular da criança (sinais naturais ou postos, qualidade e quantidade de roupas, cartas). Segundo a autora, esse procedimento pode indicar uma preocupação com a identificação das crianças, caso houvesse procura dos pais em um momento posterior.

Posteriormente, as crianças eram encaminhadas às casas das amas de leite que não apresentassem nenhuma enfermidade, que as criavam em troca de auxílio financeiro. Muitas vezes, as crianças eram submetidas a uma inspeção médica para ver os cuidados que as amas de leite lhes ofereciam. Depois, eram devolvidas à Roda: os meninos aos sete anos, e as meninas aos dez anos.

No que se refere a essas amas de leite, podemos destacar algumas das situações recorrentes. Algumas mulheres depositavam seus filhos na Roda para depois buscá-los como amas e, dessa forma, recebiam um pagamento pela criação de seus próprios filhos. Outras recolhiam crianças pardas para depois as venderem como escravas. Dado o grande índice de mortalidade, também era frequente que as amas escondessem a morte dos bebês para

continuarem a receber o auxílio financeiro (MARCÍLIO, 2006; BORRIONE, CHAVES, 2004).

No século XIX, houve algumas mudanças no funcionamento dessa Roda dos Expostos. Originalmente, as crianças recolhidas ficavam misturadas aos doentes do Hospital. Só em 1844 foi fundada a Casa da Roda, uma sala específica, localizada no prédio do Recolhimento, cujo objetivo fundamental era o de separar as crianças expostas dos demais doentes internados na Santa Casa de Misericórdia. Nessa sala, ficavam os bebês recolhidos na Roda e as crianças maiores que retornavam da casa das amas de leite que as criavam.

Apesar de a Casa da Roda ter representado um avanço em termos de atendimento às crianças abandonadas, “a situação ainda era precaríssima, sendo um dos fatores responsáveis pela alta mortalidade infantil dos expostos da Misericórdia” (MARCILIO, 2006, p. 149). Esse alto índice de mortalidade deve-se também aos primeiros cuidados dados aos recém-nascidos ao chegarem à Roda, como, por exemplo, a falta de higiene e de assepsia das mamadeiras de vidro ou de pequenos bules com uma espécie de chupeta de borracha adaptada na ponta, com as quais as crianças eram amamentadas, acabando por ocasionar a morte de grande parte delas.

A partir de 1847, passou a funcionar a Casa dos Expostos em Educação, em cômodos que, anteriormente, também pertenciam ao Hospital, passando a abrigar especificamente as crianças que voltavam das casas das amas de criação. Essas instalações, no entanto, ainda eram impróprias para o atendimento dessas crianças, considerando o alto índice de abandonados recebidos pela Santa Casa de Misericórdia.

A situação só foi resolvida de uma forma conveniente em 1862. A Confraria de São Vicente de Paula havia construído um belo edifício em amplo terreno, no Campo da Pólvora, para ser o Colégio de Nossa Senhora dos Anjos, das meninas pobres e órfãs que viviam sob os cuidados das irmãs de caridade. A Santa Casa comprou esse prédio e ali instalou o Asilo dos Expostos. A Casa dos Expostos foi transferida para instalações amplas e passou a denominar-se Asilo Nossa Senhora da Misericórdia [...] (MARCILIO, 2006, p. 149).

Nesse Asilo dos Expostos, as crianças poderiam receber algum tipo de educação, particularmente a aprendizagem de um ofício, e nele permanecer até completada a maioridade (BORRIONE; CHAVES, 2004).

A instituição foi analisada por Borrione e Chaves (2004) em dois momentos distintos, utilizando como fontes o estatuto de 1863 e o de 1914. O primeiro apresenta o momento da

criação do Asilo dos Expostos, como uma instituição independente das demais instituições da Santa Casa, e o segundo, a época de sua reconstrução.

A análise dos estatutos mostra alguns pontos relevantes, tais como a forma de entrada das crianças, que seria exclusivamente por meio da Roda. Após a entrada pela Roda, eram prestados os primeiros cuidados aos recém-nascidos, que seriam a amamentação e o enfaixamento (envolver a criança em panos, para imobilização). Em seguida, as crianças eram entregues a uma ama de leite interna da instituição. Os procedimentos de registro em dois livros específicos e o de anotação de qualquer marca particular da criança se mantiveram. Também havia uma grande preocupação com o batismo, e os funcionários que ajudavam a manter a instituição forneciam o nome à criança. O nome vinha do santo do dia e o sobrenome vinha do primeiro provedor do Asilo.

A criança poderia ser entregue a uma ama de leite externa e, quando completava seis anos, retornaria ao asilo para receber a educação primária. As amas externas, antes de levarem a criança, deveriam assinar um termo de responsabilidade, apresentar um fiador e dispor-se a levar as crianças ao Asilo para inspeção mensal.

De acordo com o estatuto de 1914, a entrada das crianças na instituição também era por meio da Roda e reforçava-se a necessidade de identificação delas. Além de as peculiaridades da criança serem registradas no livro específico, ela carregava consigo uma medalha de identificação.

Da entrada até os três anos de idade, a criança ficava na creche; dos três aos cinco anos, frequentava o jardim de infância; dos seis aos dez ou 12 anos, a escola primária; e, por fim, fazia o ensino técnico, para ambos os sexos, dentro do próprio Asilo.

Ainda de acordo com Borrione e Chaves (2004), a preocupação com a sobrevivência da criança exposta, explicitada no estatuto de 1863, foi substituída pela inserção social, como indivíduo moral higiênico, disciplinado, trabalhador, produtor e conformado socialmente, no estatuto de 1914.

2. Casas de acolhimento para meninas na Bahia

A primeira casa de acolhimento de moças, chamada de Convento do Desterro, foi fundada na Bahia em 1664 por freiras clarissas. Nesse lugar, eram oferecidos a formação religiosa, o ensino das primeiras letras e o de prendas domésticas. Além de crianças pobres, a instituição acolhia meninas ricas e mulheres casadas, que, na ausência do marido, estariam protegidas.

Outros conventos católicos foram fundados nesse período e abrigavam jovens com dotes e que pretendessem seguir a vida religiosa. As meninas pobres podiam ser acolhidas por “caridade” e eram submetidas aos serviços de manutenção, sendo tratadas como servas.

No que diz respeito às instituições de recolhimento de meninas pobres, a instituição:

[...] foi fundada em 1716, sob o patrocínio da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia. Destinado a recolher jovens e adolescentes brancas e educá-las até o casamento, em alguns momentos acolhia também crianças. O asilo funcionou em uma casa no Gravatá de 1833 a 1862, tendo sido então transferido para o Campo dos Mártires, onde funcionava o Colégio Nossa Senhora dos Anjos (...). Asilos e orfanatos exclusivamente para meninas órfãs e/ou pobres são fundados em Salvador somente no século XIX. O primeiro deles foi o Colégio das Órfãs do Sagrado Coração de Jesus, que de 1827 a 1857 funcionou na Rua Direita de São José. A partir dessa data, sob a direção das Irmãs de Caridade, estabeleceu-se em uma propriedade na Cova da Onçam (...).

Em 1854, a Sociedade São Vicente de Paulo fundou o Colégio Nossa Senhora dos Anjos, localizado no Campo dos Mártires e regido pelas Irmãs de Caridade. Ficou em funcionamento até 1862 (...). Nesse mesmo ano foi criada a Confraria das Senhoras de Caridade, a qual fundou o Colégio da Providência, um asilo para recolher, amparar e educar meninas órfãs, pobres e desamparadas (CHAVES, GUIRRA, BORRIONE, SIMÕES, 2003, p. 87-88).

Outros orfanatos para meninas pobres foram construídos em Salvador na segunda metade do século XIX, como o Colégio Nossa Senhora do Sallette, em 1859, o Asilo Conde Pereira Marinho, em 1895, e, em 1899, a Escola Santa Ângela para a educação de crianças pobres, aberta pelas freiras ursulinas.

No Colégio das Órfãs do Sagrado Coração de Jesus, inaugurado em 1848, as meninas órfãs aprendiam, além da doutrina cristã, a ler, a escrever, a contar, a coser e a bordar, sendo que as mais velhas das meninas ensinavam as mais jovens.

Já na Casa da Providência, criada em 1865, a instrução era gratuita tanto para as meninas da casa quanto para as externas a ela. Elas aprendiam a ler, a escrever, regras de gramática e de contabilidade. Além dos ensinamentos religiosos, aprendiam prendas domésticas como coser, costurar e fazer flores, e eram educadas para serem boas mães e esposas. A responsabilidade pela instrução era das freiras Irmãs de Caridade.

É possível observar que as instituições da época tinham propostas educativas bem semelhantes. As outras instituições de atendimento às meninas, da época, seguiam o mesmo modelo do Colégio das Órfãs do Sagrado Coração de Jesus e da Casa da Providência.

As casas tinham total responsabilidade pelas meninas até que estas “[...] estivessem prontas para casar, para serem recebidas por parentes idôneos, em conventos ou

recolhimentos ou, ainda, para serem professoras ou censoras de colégio” (CHAVES, GUIRRA, BORRIONE, SIMÕES, 2003, p. 92). Se as meninas que completassem 17 anos ainda estivessem nas Casas, eram mandadas aos conventos, escolas ou recolhimentos, ou poderiam ser empregadas das próprias Casas como professoras ou censoras. De qualquer forma, a Casa ficava responsável pelas meninas até a idade de 21 anos, mesmo que estas fossem para outros estabelecimentos.

Ainda de acordo com Chaves, Guirra, Borrione e Simões (2003), as instituições adotavam como ideologia, nas atividades propostas, o filantropismo, que tinha como um dos princípios o amparo às crianças pobres, para que não se desviassem dos padrões aceitos pela sociedade e se tornassem cidadãos úteis.

As meninas tinham que seguir rigorosamente as atividades programadas pelos adultos; desconsideradas como agentes da construção da sua própria subjetividade e história, deveriam alcançar os destinos já estabelecidos para a sua condição de gênero e origem social (CHAVES, GUIRRA, BORRIONE, SIMÕES, 2003, p. 93).

3. Casa dos Expostos do Rio de Janeiro

A Casa dos Expostos do Rio de Janeiro foi fundada em 1738, a partir de uma doação de Romão Mattos Duarte. Funcionou, até 1810, no Hospital Velho da Misericórdia, e mudou muitas vezes de local.

A Casa dos Expostos, hoje o “Educandário Romão de Mattos Duarte”, passou por verdadeira *via crucis*, até estabelecer-se no endereço atual. Esteve na Rua Santa Teresa até 1850; depois, de 1850 a 1860, no Cais da Glória, na Rua da Lapa; Rua dos Barbons, atual Evaristo da Veiga de 1860 a 1906; depois Praia do Flamengo nº 82/3 e Rua Senador Vergueiros, de 1906 a 1911; e por fim, a sede definitiva, na rua Marquês de Abrantes, 48, em terreno que pertencia ao Conde D’Eu, genro do Imperador D. Pedro II (ZARUR, 2003, p. 23).

Foram encontradas dificuldades para a manutenção da Casa, exigindo uma série de solicitações de contribuição financeira. Primeiramente, pelo Alvará de 9 de outubro de 1778, no qual a Rainha D. Maria I ordenava ao Senado da Câmara do Rio de Janeiro que contribuísse para a Casa dos Expostos, mas esse Alvará não foi acatado. Em 1815, pela Carta Régia de 14 de dezembro, destinou-se o imposto de dois réis por habitante da cidade para o mesmo intuito, porém também não foi acatado. Houve, ainda, uma solicitação da Mesa da Santa Casa, em 1818, para que se destinasse à Casa dos Expostos um imposto sobre cada alqueire de sal que entrasse no porto. O Senado da Câmara acabou contribuindo, até 1824,

com uma importância anual ainda insuficiente para a manutenção da instituição. Só no Reinado de D. Pedro II a Casa obteve maior atenção e auxílio financeiro.

Essa instituição não era muito diferente da Casa dos Expostos de Salvador, tanto no funcionamento quanto nas atividades educativas. A grande motivação para a assistência aos expostos também era a salvação da alma pelo batismo. Além disso, procurava-se salvar a vida das crianças enjeitadas, encaminhando-as às amas de leite.

Ao entrarem na Casa, eram registradas em livros todas as características das crianças. Também eram guardados cartas ou bilhetes que serviriam para uma futura identificação, caso os pais ou parentes fossem reaver a criança.

A instituição ficaria responsável por manter, em casas de família, a criação dos meninos até os sete anos, e das meninas, até os oito. As crianças dessa idade retornariam à Casa dos Expostos e, novamente, seriam reencaminhadas a casas de pessoas que desejassem criá-las, arcando com a educação, o sustento, o vestuário e a medicação, em caso de doenças. Dos 13 aos 18 anos, os expostos eram emancipados e poderiam até receber salários. Porém, os meninos que não conseguissem ser admitidos em nenhuma casa de família, ou no Arsenal de Guerra, poderiam continuar na instituição. Já as meninas que não conseguissem uma casa de família seriam enviadas ao Recolhimento das Órfãs e mantidas pela Casa dos Expostos.

A Casa dos Expostos do Rio de Janeiro, segundo Relatórios do Ministério do Império, recolheu cerca de 47.255 crianças no período de 1738 a 1888.

4. Casa dos Expostos de Recife

De acordo com Arantes (2008), Recife contava com a Casa dos Expostos, que acolhia meninos e meninas, o Colégio de Bom Conselho, que recebia meninas, e a Colônia Orfanológica Isabel, destinada aos meninos. Destacaremos aqui a primeira dessas instituições.

Criada em 1778, pelo governo de D. Thomaz José de Mello, a Casa dos Expostos passou a ser dirigida, em 1810, pela Santa Casa de Olinda, e, em 1860, pela Santa Casa de Misericórdia do Recife (ARANTES, 2008, p. 3).

De acordo com Guimarães (2002), a Casa dos Expostos era um lugar de instrução formal destinado a crianças brancas, negras e pardas. Embora fossem entregues a essa instituição nas mesmas condições, a educação das meninas negras seria diferente da educação das meninas brancas, assim como a dos meninos negros e brancos.

Os meninos negros trabalhariam nas roças e nos engenhos, aprenderiam a lidar com a terra e só poderiam se casar com enjeitadas. Os meninos brancos tinham aulas de primeiras

letras, geometria, música e ensino de artes e ofícios, e poderiam ser empregados nas Tropas e na Marinha.

As meninas negras, assim como os meninos negros, trabalhavam nas roças e nos engenhos, e só poderiam se casar com enjeitados. Já as meninas brancas aprendiam a coser, a fiar e a tecer algodão, e poderiam escolher casar-se com um enjeitado ou com qualquer outro interessado, desde que este tivesse um ofício.

Considerações Finais

O estudo dessas instituições de atendimento à infância no Brasil nos permite verificar que, desde o século XVIII, além do caráter caritativo-assistencial, já eram introduzidas práticas educativas que pudessem preparar as camadas mais pobres como mão de obra. Ademais, essas ações tornavam evidente o propósito de controle social.

As instituições de Salvador apresentavam ações educativas em que os meninos aprendiam algum tipo de ofício e as meninas aprendiam as primeiras letras, formação religiosa e prendas domésticas, como coser e bordar. Na do Rio de Janeiro, não se tem muito claro o tipo de educação que era dada aos internos, mas se entende que as meninas eram educadas pelas famílias que as recolhiam ou, caso isso não acontecesse, no Recolhimento das órfãs, que teria o mesmo intuito do de Salvador. Supõe-se que as prendas domésticas, o ensino das primeiras letras e, principalmente, a formação religiosa – já que essas instituições eram ligadas à igreja católica –, eram as práticas educativas promovidas pela instituição do Rio de Janeiro. Os meninos eram educados para o trabalho. Na instituição Casa dos Expostos de Recife, há uma diferença em relação às demais instituições estudadas, pois nesta houve uma diferenciação entre os negros e os brancos. Os meninos negros eram encaminhados ao aprendizado sobre como lidar com a terra, e as meninas negras trabalhavam também nas roças e engenhos. Já os meninos brancos aprendiam letras, geometria, música e ofícios, e as meninas brancas, diferentemente das negras, aprendiam a coser, a fiar e a tecer. Esse quadro demonstra a perpetuação da discriminação racial mesmo após o fim da escravidão.

REFERÊNCIAS

ARANTES, A S. Educação de crianças desvalidas na Província de Pernambuco no século XIX. In: **Reunião Anual da ANPEd**, 31^a, 2008, Caxambu. Anais... Caxambu, 2008.

BORRIONE, R. T. M.; CHAVES, A. M. Análise documental e contexto de desenvolvimento: estatutos de uma instituição de proteção à infância de Salvador, Bahia. **Rev. Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 17-27, maio/ago 2004.

CHAVES, A. M.; GUIRRA, R. C.; BORRIONE, R. T. M.; SIMÕES, F. G. A. Significados de proteção a meninas pobres na Bahia do século XIX. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, num. esp., p. 85-95, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v8nspe/v8nesa11.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2016

GUIMARÃES, M. B. M. **Saberes consentidos conhecimentos negados: o acesso à instrução feminina no início do século XIX em Pernambuco**. 230f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Centro de Educação. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002.

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

MARCÍLIO, M. L. A Roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, M. C. (Org.). **História social da infância no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TRINDADE, J. M. B. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. **Rev. Bras. Hist.** v. 19, n. 37. São Paulo. Set. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100003>. Acesso em: 04 set. 2016

ZARUR, D. **Educandário Romão de Mattos Duarte**. Rio de Janeiro: Binus Artes Gráficas Ltda., 2003.